

Coleção
Edital Sistematizado

Baseado na metodologia
Questão ^{sem} primeiro

Leonardo Garcia
Roberval Rocha

Ighor Fernando Rocha Galvão
Coordenação e pesquisa de jurisprudência

Caderno de Treino

MAGISTRATURA FEDERAL
JUIZ FEDERAL

Edital Sistematizado com Questões e Jurisprudência

9ª
edição

Revista, atualizada
e ampliada

2023

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

METODOLOGIA

“QUESTÃO VEM PRIMEIRO”

A Coleção Cadernos de Treino foi confeccionada com base na metodologia de estudo **Questão Vem Primeiro**, criada pelo Prof. Leonardo Garcia e aprimorada nesta Coleção pelo Prof. Roberval Rocha. Consiste no método mais moderno e eficaz para a preparação de concursos públicos.

Quebrando o paradigma da utilização de questões de concursos “para treinar” o que foi estudado, a metodologia de estudo **Questão Vem Primeiro** propõe justamente o contrário do que muito estudante e candidato à concurso faz (utiliza as questões de concursos após o estudo de determinada matéria para verificar se o conteúdo foi apreendido e se o candidato consegue acertar as questões).

Antes de qualquer estudo (ainda que se trate de matérias que o candidato nunca estudou, nem mesmo na graduação), a metodologia propõe a leitura de questões anteriormente à leitura sobre o assunto. Uma leitura simples, verificando quais temas foram cobrados e como foram elaborados os enunciados das questões e suas alternativas, sem a ansiedade de ter que acertar a questão (até porque, como mencionado, muitas vezes sequer o candidato estudou a matéria).

Por isso, o objetivo desta coleção não foi comentar as questões. Com este propósito, a Editora possui outros livros e coleções. Como salientado, a metodologia **Questão Vem Primeiro** utiliza as questões para direcionar e ajudar o candidato à estudar focado para concursos.

Nada melhor do que as próprias questões de concursos para direcionar o estudo dos candidatos à concursos públicos. O erro na metodologia antiga era que o candidato estudava uma matéria sem saber ao certo o que deveria ser absorvido, quais os pontos mais importantes, quais as pegadinhas que precisam ser alertadas etc.

Lendo as questões anteriormente, o candidato naturalmente começa a perceber em seus estudos o que deve ser guardado, o que é importante e até mesmo começa a visualizar possíveis questões de concursos públicos futuras.

A Coleção Cadernos de Treino visa justamente contemplar um acervo relevante dos últimos certames das carreiras e das bancas examinadoras, separando as questões por tópicos constantes nos editais, ou seja, por assuntos cobrados. Além disso, facilitando ainda mais o estudo do candidato, a coleção contém gráficos e raio x dos pontos mais cobrados, já indicando o que deve ser priorizado nos estudos. A indicação das matérias e dos temas que devem ser priorizados no estudo é fundamental para um estudo focado e de sucesso.

Utilize a metodologia **Questão Vem Primeiro** em seus estudos e descubra como isso pode ser um grande aliado em sua preparação.

RAIO-X DOS CONCURSOS

1. TABELA DOS ÚLTIMOS CONCURSOS REALIZADOS

A tabela abaixo indica os concursos ocorridos nos últimos anos, por Tribunal Regional Federal, e a respectiva organizadora do certame.

Tabela 01

	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
TRF1								Cespe		Cespe
TRF2					TRF	TRF			TRF	Cespe
TRF3	Vu-nesp				TRF		TRF			TRF
TRF4	TRF						TRF		TRF	
TRF5						Cespe		Cespe		Cespe
TRF6										

O próximo quadro indica os Tribunais Regionais Federais e suas respectivas jurisdições.

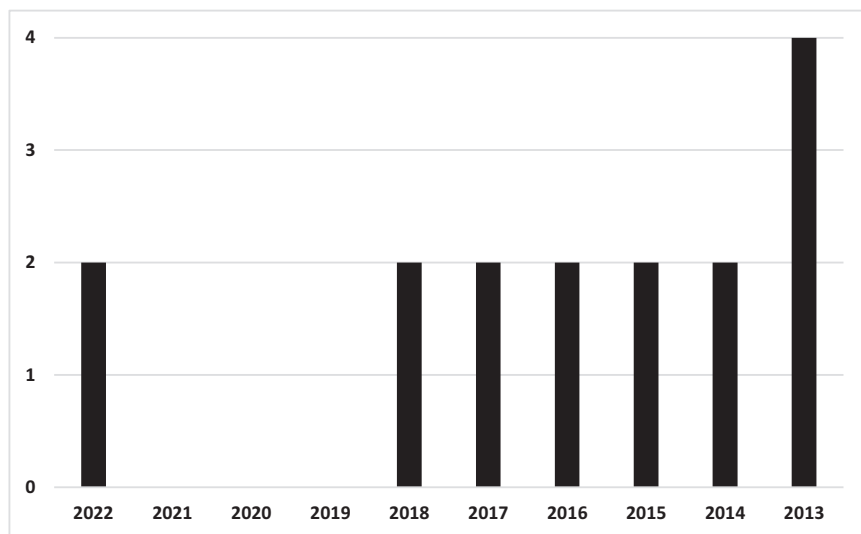
Tabela 02

REGIÃO	JURISDIÇÃO	SEDE
TRF 1	AC, AM, AP, RO, RR, PA, TO + BA, MA, PI + GO, MT + DF	Brasília
TRF 2	RJ, ES	Rio de Janeiro
TRF 3	SP, MS	São Paulo
TRF 4	PR, RS, SC	Porto Alegre
TRF 5	AL, CE, PB, PE, RN, SE	Recife
TRF 6	MG	Belo Horizonte

2. QUANTITATIVO ANUAL DOS ÚLTIMOS CONCURSOS REALIZADOS

A distribuição abaixo indica quais foram os quantitativos de concursos da carreira, por ano, na última década.

Distribuição 01



3. TABELA DOS ÚLTIMOS CONCURSOS POR ORGANIZADORA

A tabela abaixo indica quais foram as instituições que organizaram os últimos certames dessa carreira.

Tabela 03

ORGANIZADORA	CONCURSOS
Cespe	6
Vunesp	1
TRF	9
TOTAL	16

4. TABELA CRONOLÓGICA DOS ÚLTIMOS CONCURSOS REALIZADOS

A tabela abaixo indica qual foi o ano do último concurso da carreira e a respectiva organizadora, por TRF.

Tabela 04

REGIÃO	ANO	ORGANIZADORA
TRF3	2022	Vunesp
TRF4	2022	TRF
TRF2	2018	TRF
TRF5	2017	Cespe
TRF1	2015	Cespe
TRF6	-	-

5. MAPA CRONOLÓGICO DOS ÚLTIMOS CONCURSOS REALIZADOS

Neste mapa, o gradiente permite identificar quais os estados estão mais próximos de organizar concursos da carreira, tendo em vista o ano de realização do último certame, conforme visto na tabela acima.

Tabela 05



RAIO-X DAS QUESTÕES

1. QUESTÕES POR DISCIPLINA E TEMA

A seguir, são apresentadas as tabelas de **Raio-X**, que servem para orientar o estudo a ser desenvolvido, descortinando o grau de exigência e a frequência com que certos temas são explorados nos concursos públicos para ingresso nesta carreira jurídica.

As tabelas indicam o número total de questões objetivas e as respectivas percentagens de distribuição nas disciplinas abordadas nos concursos. Ao final, consta, também, a distribuição das questões discursivas.

Tabela 06

1. DIREITO CONSTITUCIONAL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Dos Princípios Fundamentais	1	0,4%
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais	29	12,2%
3. Da Organização do Estado	22	9,2%
4. Da Organização dos Poderes	62	26,1%
5. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	6	2,5%
6. Da Ordem Econômica e Financeira	16	6,7%
7. Da Ordem Social	12	5,0%
8. Das Disposições Constitucionais Gerais; ADCT	0	0,0%
9. Direito Processual Constitucional	55	23,1%
10. Teoria Constitucional	35	14,7%
TOTAL	238	100%

2. DIREITO DO CONSUMIDOR

ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Disposições Gerais	17	36,2%
2. Dos Direitos Básicos do Consumidor	2	4,3%
3. Da Qualidade de Produtos e Serviços	8	17,0%
4. Das Práticas Comerciais	6	12,8%
5. Da Proteção Contratual	8	17,0%
6. Das Sanções Administrativas	2	4,3%
7. Da Defesa do Consumidor em Juízo	4	8,5%
TOTAL	47	100%

3. DIREITO ECONÔMICO

ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Direito da Concorrência	26	42,6%
2. Direito Penal Econômico	3	4,9%
3. Direito Regulatório	11	18,0%
4. Monopólios	3	4,9%
5. Princípios da Ordem Econômica	18	29,5%
TOTAL	61	100%

4. DIREITO PENAL

ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Da Aplicação da Lei Penal	4	3,0%
2. Do Crime	13	9,8%
3. Da Imputabilidade Penal	2	1,5%
4. Do Concurso de Pessoas	6	4,5%
5. Das Penas	14	10,5%
6. Da Extinção da Punibilidade	7	5,3%
7. Dos Crimes c/ Pessoa	5	3,8%
8. Dos Crimes c/ Patrimônio	11	8,3%
9. Dos Crimes c/ Organização do Trabalho	1	0,8%
10. Dos Crimes c/ Dignidade Sexual	2	1,5%
11. Dos Crimes c/ Fé Pública	5	3,8%
12. Dos Crimes c/ Administração Pública	11	8,3%
13. Leis Penais Especiais	37	27,8%
14. Teoria e Princípios	15	11,3%
TOTAL	133	100%

5. DIREITO PREVIDENCIÁRIO

ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Constituição Federal	28	23,0%
2. Contribuições Previdenciárias	6	4,9%
3. Direito Processual Previdenciário	12	9,8%
4. Lei de Benefícios da Previdência Social	67	54,9%
5. Lei de Custeio da Previdência Social	5	4,1%
6. Lei de Organização da Assistência Social	2	1,6%
7. Leis de Previdência Complementar	2	1,6%
TOTAL	122	100%

17. TODAS AS DISCIPLINAS (DISCURSIVAS)		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Direito Constitucional	32	21,3%
2. Direito do Consumidor	5	3,3%
3. Direito Econômico	4	2,7%
4. Direito Penal	9	6,0%
5. Direito Previdenciário	15	10,0%
6. Direito Processual Penal	8	5,3%
7. Direito Civil	15	10,0%
8. Direito Processual Civil	10	6,7%
9. Direito Empresarial	9	6,0%
10. Direito Financeiro	2	1,3%
11. Direito Tributário	14	9,3%
12. Direito Administrativo	13	8,7%
13. Direito Ambiental	6	4,0%
14. Direito Internacional Privado	4	2,7%
15. Direito Internacional Público	4	2,7%
TOTAL	150	100%

2. ANÁLISE GRÁFICA DAS DISTRIBUIÇÕES

Adiante, é feita uma análise gráfica das informações contidas nas tabelas de **Raio-X** apresentadas no tópico anterior, objetivando traduzir visualmente a importância dos conteúdos mais explorados nas provas.

Os gráficos individualizam os dados de cada matéria, em relação às questões objetivas. Ao final, dois gráficos condensando todas as disciplinas: um, em relação às questões objetivas; outro, em relação às discursivas.

2.1. Direito Constitucional

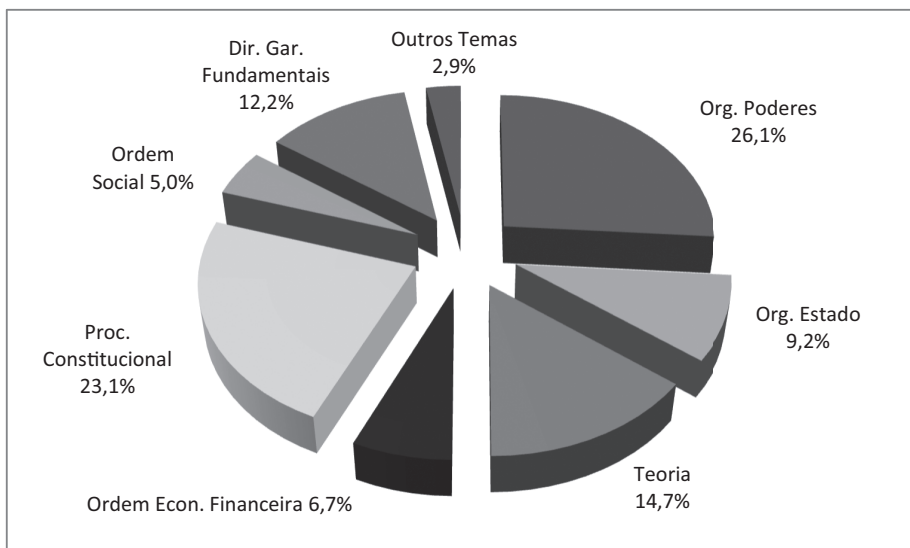
Tradicionalmente, é a segunda disciplina mais exigida nos concursos (só perde para direito administrativo).

Nas matérias constitucionais, importante ressaltar que a Magistratura Federal exige muitos conhecimentos afetos ao capítulo da “Organização dos Poderes”, que abarca **mais de um quarto** do conteúdo das provas desta disciplina. É bom, também, estudar com afinco os tópicos **processo constitucional** (ações e remédios constitucionais) e **teoria constitucional**. Juntas, essas três partes abrangem **mais de 60% das questões**.

Tópicos da CF/88 **menos abordados** em provas objetivas: “Dos Princípios Fundamentais”, “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”, “Das Disposições Constitucionais Gerais” e o “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

As questões referentes a Direito Administrativo, Direito Econômico, Direito Financeiro, Direito Previdenciário e Direito Tributário encontram-se em capítulos próprios.

Gráfico 01



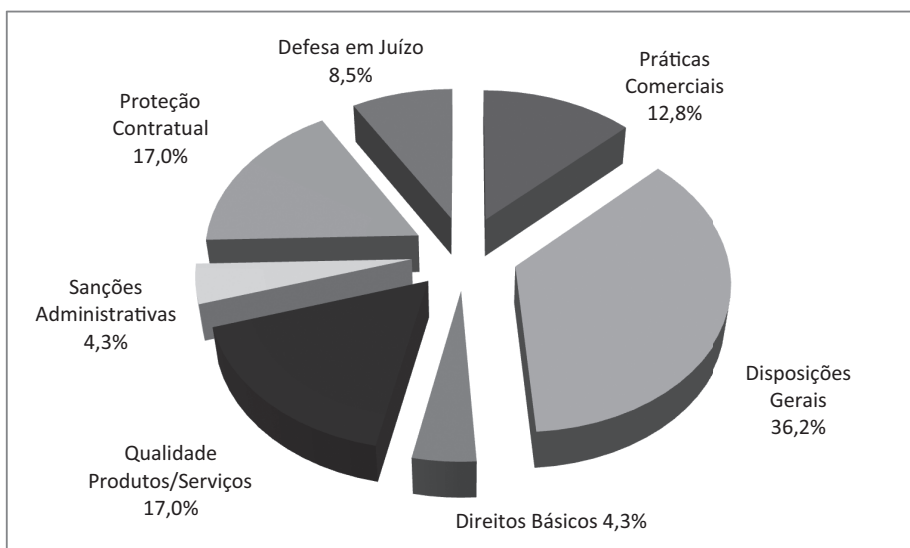
2.2. Direito do Consumidor

No direito consumerista, a quase totalidade das questões exigidas nos concursos públicos refere-se a um único título do Código de Defesa do Consumidor: **Dos Direitos do Consumidor**, que abrange 90% das questões desta matéria, dispostas no livro.

Portanto, o leitor deve dar máxima atenção aos capítulos do CDC que o compõem, priorizando especificamente: “Disposições Gerais”, “Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos” e “Da Proteção Contratual”. Esses três, juntos, correspondem a **quase 70%** das provas.

Conteúdos do CDC que são **pouco explorados** nas provas: “Dos Direitos Básicos do Consumidor” e “Das Sanções Administrativas”.

Gráfico 02

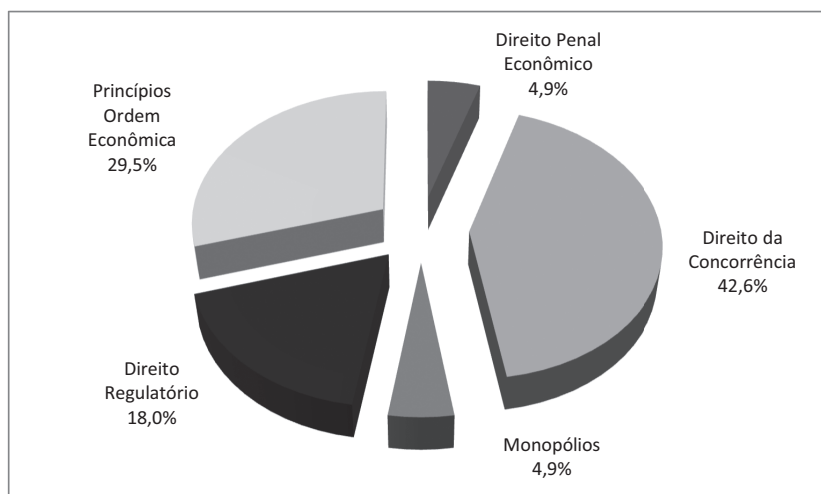


2.3. Direito Econômico

A disciplina é extremamente concentrada em três tópicos: “Direito da Concorrência”, “Princípios da Ordem Econômica” e “Direito Regulatório”. Juntos, respondem por **90% das questões**.

Conteúdos que **não são muito explorados** pelas bancas em número de questões objetivas: Direito Penal Econômico e Monopólios.

Gráfico 03



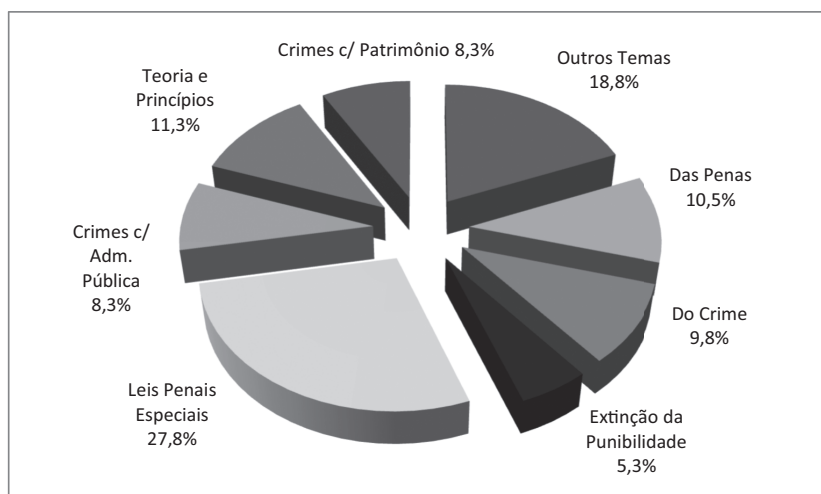
2.4. Direito Penal

As **leis penais especiais** têm importante relevância nos certames para o cargo, com **quase 30% das questões** de direito penal. A parte **teórica e principiológica** da disciplina também é relevante.

No que toca ao Código Penal, os títulos “Do Crime”, “Das Penas” e a Parte Especial do códex (crimes em espécie) merecem bastante atenção.

Tópicos do CP que **quase não caem nas provas**: “Da Aplicação da Lei Penal” e “Da Imputabilidade Penal”.

Gráfico 04



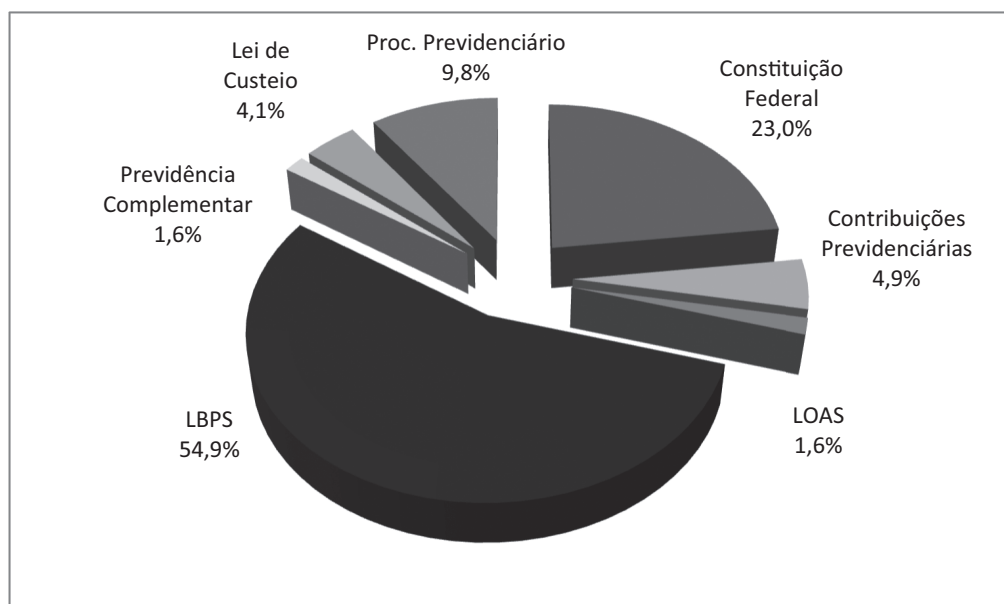
2.5. Direito Previdenciário

Nessa matéria, **mais da metade das questões** refere-se ao principal diploma de regência previdenciária, a Lei 8.213/91, com destaques para tópicos que dizem respeito aos benefícios em espécie e ao rol de beneficiários.

Temas constitucionais referentes a princípios e a previdência dos servidores públicos também devem ser bem estudados. Correspondem a **quase um quarto** do conteúdo.

Conteúdos **timidamente presentes nas provas**: “Lei de Organização da Assistência Social” (Lei 8.742/93) e “Leis de Previdência Complementar” (LC 108/01 e LC 109/01).

Gráfico 05



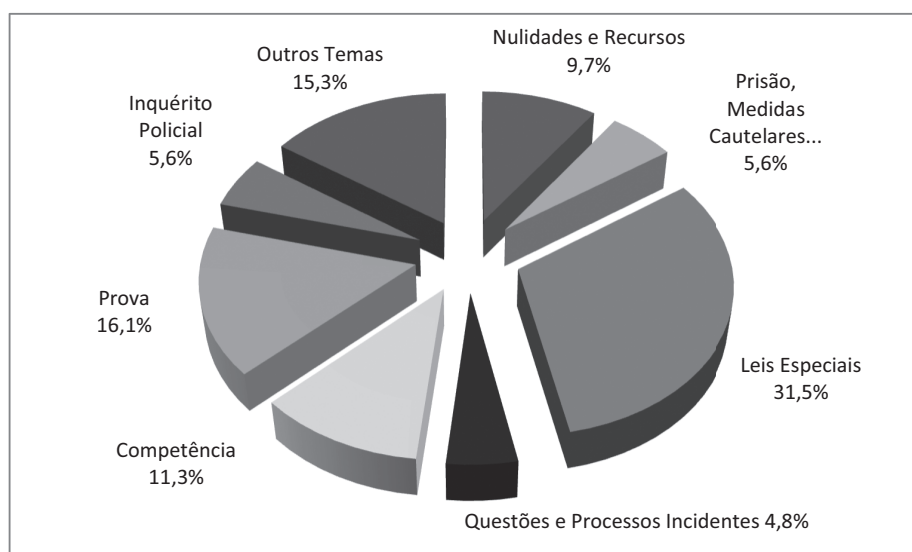
2.6. Direito Processual Penal

Dois tópicos do Código de Processo Penal concentram **quase 30% das questões** desta disciplina: “Da Prova” e “Da Competência”. Fora do CPP, as leis especiais exigem atenção e estudo porque equivalem a **mais de 30%** dos conteúdos abordados.

Pontos do CPP com **pequeno número de questões** de concursos: “Dos Sujeitos do Processo”, “Das Citações e Intimações” e “Disposições Gerais”.

A parte mais doutrinária também não tem sido relevante nas provas.

Gráfico 06



2.7. Direito Civil

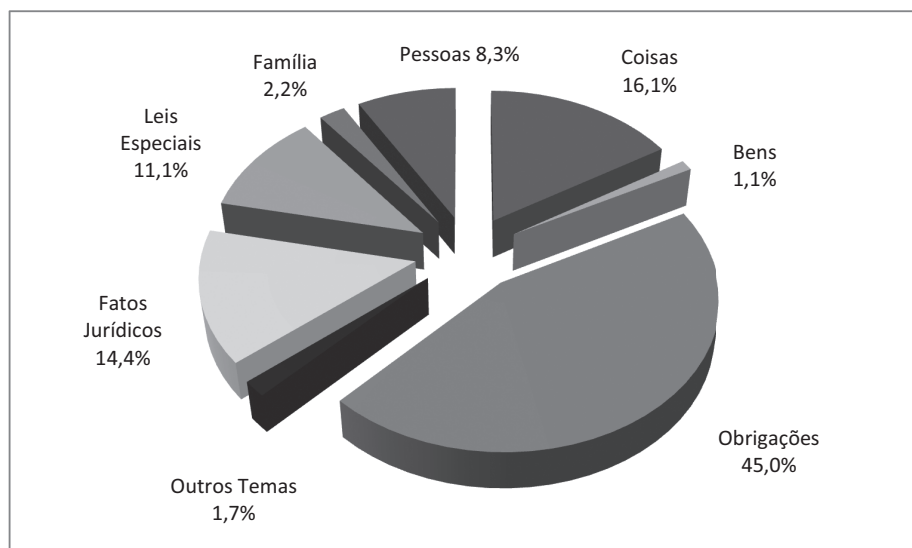
O conteúdo do Código Civil tem sido prioritariamente explorado nos concursos. Destaque para “Direito das Obrigações”, “Direito das Coisas” e “Fatos Jurídicos”, que concentram o grosso dos temas versados nas provas, com **mais de 75%** do total das questões.

Títulos do CC/2002 apenas **esporadicamente presentes nas provas**: “Dos Bens”, “Do Direito das Sucessões” e “Das Disposições Finais e Transitórias”.

As leis civis esparsas vem sendo mais cobradas nos concursos recentes.

Convém observar que as questões referentes ao direito de empresa e aos títulos de crédito foram deslocadas para capítulo próprio: Direito Empresarial.

Gráfico 07



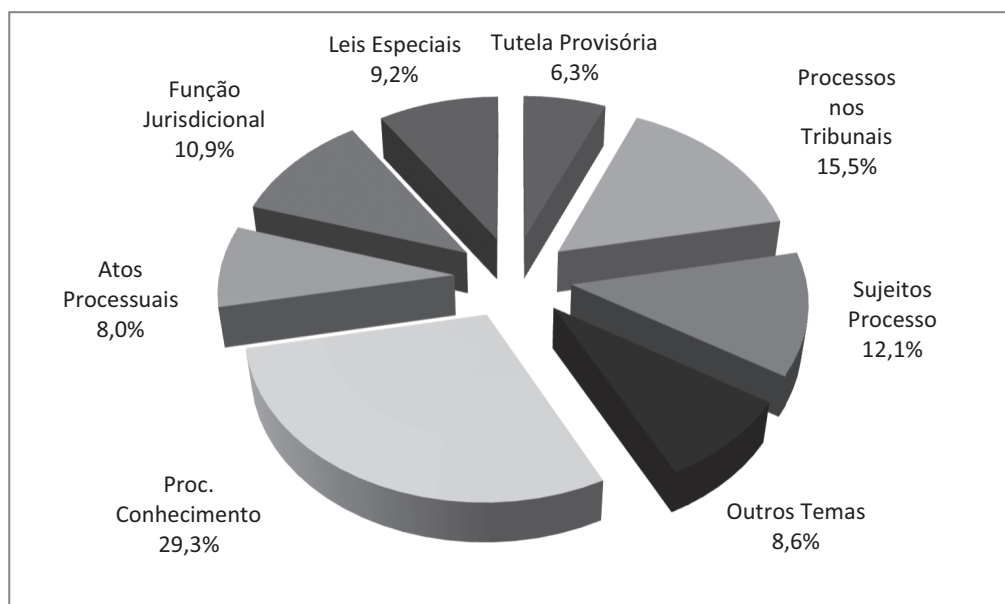
2.8. Direito Processual Civil

Em tema de processo civil, **quase 30%** das questões cobradas em concursos jurídicos versavam sobre o mais extenso dos livros do CPC: “Do Processo de Conhecimento e do Cumprimento de Sentença”.

Pontos do CPC **com número baixo de questões** em provas: “Das Normas Processuais Cíveis”, “Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo” e “Disposições Finais e Transitórias”. A teoria e os princípios do processo civil também não atraem muito a atenção das bancas organizadoras.

Convém registrar que as questões referentes ao direito processual constitucional encontram-se inseridas no capítulo Direito Constitucional.

Gráfico 08



2.9. Direito Empresarial

Aqui, o tema mais exigido diz respeito aos tipos societários (subtópico de Direito de Empresa, do Código Civil), que responde por **quase 30% questões**. Destaque, também, para “Contratos Mercantis/Bancários”, “Lei de Propriedade Industrial” e “Títulos de Crédito”. Esse agregado concentra **mais de 60% das questões**.

Tópicos do CC/2002 **com poucas questões** nas últimas provas: “Do Estabelecimento” e “Dos Institutos Complementares”. O mesmo se pode dizer da Lei 6.024/74 (Intervenção e Liquidação Extrajudicial).

DIREITO CONSTITUCIONAL



VOLUME DE QUESTÕES



MUITO ALTO

1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 37. Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

INFORMATIVOS

STF Dia da Consciência Negra: instituição de feriado local por lei municipal. É constitucional a instituição, por lei municipal, de feriado local para a comemoração do Dia da Consciência Negra, a ser celebrado em 20 de novembro, em especial porque a data representa um símbolo de resistência cultural e configura ação afirmativa contra o preconceito racial. Sob múltiplos fundamentos constitucionais, a previsão do feriado assume inegável viés de fomento cultural como ação afirmativa em sentido amplo, de caráter compulsório, cujo respaldo constitucional deriva diretamente do disposto no art. 3º da Constituição Federal. Segundo o texto constitucional, a atuação comissiva do Poder Público há de ser implementada para combater quaisquer formas de discriminação, em especial pelo repúdio ao racismo (CF, arts. 4º, VIII, e 5º, XLII) na promoção do bem de todos, objetivo fundamental da República Federativa do Brasil e competência comum das unidades federativas (art. 23, I e X). *ADPF 634, 30.11.2022. Pleno. Inf 1078.*

QUESTÕES OBJETIVAS

1. (Cespe/TRF/5R/Juiz/2009) A CF deu especial destaque ao direito internacional público, ao dispor a respeito dos princípios que devem nortear as relações internacionais brasileiras. Supondo que um país vizinho da América do Sul decretasse a prisão de um ex-presidente ditador, após o devido processo legal, e os EUA diplomaticamente condenassem essa decisão por simpatizarem com o ex-dirigente, o Brasil deveria:

- agir da mesma forma que os EUA, tendo em vista a importância desse país no mundo.
- interferir na decisão daquele país vizinho, a fim de garantir a sua hegemonia política na América Latina.
- respeitar a decisão do país sul-americano, tendo em vista o princípio da independência nacional e da igualdade entre os Estados.
- agir da mesma forma que os EUA, visando ao princípio da concessão de asilo político.
- condenar a prisão por ser ela contrária ao princípio da prevalência dos direitos humanos.

2. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

2.1. Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 1. Ofende a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a decisão que, sem ponderar as circunstâncias do caso concreto, desconsidera a validade e a eficácia de acordo constante de termo de adesão instituído pela Lei Complementar 110/2001.

STF Súm. Vinculante 11. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

STF Súm. Vinculante 14. É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

STF Súm. Vinculante 21. É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

STF Súm. Vinculante 25. É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

STF Súm. Vinculante 28. É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

STF Súm. Vinculante 45. A competência constitucional do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

STF Súm. 1. É vedada a expulsão de estrangeiro casado com brasileira, ou que tenha filho brasileiro, dependente da economia paterna.

STF Súm. 421. Não impede a extradição a circunstância de ser o extraditado casado com brasileira ou ter filho brasileiro.

STF Súm. 654. A garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.

STF Súm. 704. Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do correu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

STJ Súm. 280. O art. 35 do Decreto-lei n. 7.661, de 1945, que estabelece a prisão administrativa, foi revogado pelos incisos LXI e LXVII do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

STJ Súm. 419. Descabe a prisão civil do depositário judicial infiel.

STJ Súm. 639. Não fere o contraditório e o devido processo decisório que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal.

TRF2 Súm. 53. Viola a garantia constitucional do livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, a suspensão do direito de exercer a advocacia, prevista no art. 37, I, §§ 1º e 2º da Lei 8.906/1994, em razão do inadimplemento da contribuição anual devida à Ordem dos Advogados do Brasil.

REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Rep. Geral 455. A exigência de garantia para o exercício da profissão de leiloeiro, prevista nos artigos 6º a 8º do Decreto 21.981/1932, é compatível com o artigo 5º, XIII, da CF/1988. *RE 1263641, 13.10.2020.*

STF Rep. Geral 562. Ante conflito entre a liberdade de expressão de agente político, na defesa da coisa pública, e honra de terceiro, há de prevalecer o interesse coletivo. *RE 685493, 22.5.2020.*

STF Rep. Geral 786. É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais. Eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais – especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral – e as expressas e específicas previsões legais nos âmbitos penal e cível. *RE 1010606, 11.2.2021.*

STF Rep. Geral 855. A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local. *RE 806339, 14.12.2020.*

STF Rep. Geral 922. É inconstitucional o condicionamento da desfiliação de associado à quitação de débito referente a benefício obtido por intermédio da associação ou ao pagamento de multa. *RE 820823, 30.9.2022.*

STF Rep. Geral 1120. Em respeito ao princípio da separação dos poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal, quando não caracterizado o desrespeito às normas constitucionais pertinentes ao processo legislativo, é defeso ao Poder Judiciário exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas meramente regimentais das Casas Legislativas, por se tratar de matéria “interna corporis”. *RE 129784, 11.6.2021.*

ENUNCIADOS

CJF Pen. Proc. Penal 27. São imprescritíveis e insuscetíveis de anistia, graça ou indulto crimes que caracterizem graves violações de direitos humanos, praticados por agentes públicos ou particulares, diante da Convenção Americana de Direitos Humanos e da pacífica jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de observância obrigatória por todos os órgãos e poderes do Estado brasileiro.

Fonadireh Enunc. 13. Uma sociedade livre, democrática, plural e igualitária, e a Constituição de 1988 assim nos constitui, não aceita práticas e discursos que promovam discriminação raciais, étnicas, religiosas, de gênero e orientação sexual, bem como qualquer outra espécie de discriminação a grupos vulneráveis ou minoritários (arts. 1º, 3º e 5º da CRFB).

Fonadireh Enunc. 14. Decisões judiciais que levam em consideração singularidades de ordem cultural, social ou histórica relacionadas a grupos vulneráveis ou minoritários concretizam a igualdade material e reafirmam o princípio constitucional da isonomia.

Fonadireh Enunc. 17. As liberdades de expressão e de imprensa são pressupostos e elementos constitutivos da democracia, pois garantem a fiscalização e participação de pessoas e instituições nas discussões e decisões públicas que determinam os destinos da sociedade, assegurando trânsito livre e plural de ideias.

Fonadireh Enunc. 48. A participação pacífica em movimentos sociais traduz expressão regular do direito universal de cidadania, de liberdade e de livre manifestação de pensamento, todos com assento constitucional e relacionados aos direitos humanos.

INFORMATIVOS

STF Licença à gestante e à adotante para militares das Forças Armadas. É inconstitucional ato normativo que, ao disciplinar a licença maternidade no âmbito das Forças Armadas, estabelece prazos distintos de afastamento com fundamento na diferenciação entre a maternidade biológica e a adotiva, bem como em função da idade da criança adotada. *ADI 6603, 13.9.2022. Pleno. Inf 1067.*

STF Lei da meia-entrada: entidades emitentes da CIE e liberdade de associação. É inconstitucional exigir das entidades estudantis locais e regionais, legitimadas para a expedição da carteira de identidade estudantil (CIE), filiação às entidades de abrangência nacional. O dever de filiação instituído pela Lei 12.933/13 viola o princípio da liberdade de associação. Admite-se a definição de um modelo único nacionalmente padronizado da CIE, desde que publicamente disponibilizado e fixados parâmetros razoáveis que não obstem o acesso pelas entidades com prerrogativa legal para sua emissão. *ADI 5108, 25.3.2022. Pleno. Inf 1048.*

STJ Matéria jornalística. Críticas jornalísticas a magistrada. Autoridade pública. Direito de informação, expressão e liberdade de imprensa. Ausência de configuração de abuso no dever de informar. Interesse público. Dano moral. Afastamento. Prevalência da liberdade de informação e de crítica. A divulgação de notícia ou crítica acerca de atos ou decisões do Poder Público, ou de comportamento de seus agentes, não configuram, a princípio, abuso no exercício da liberdade de imprensa, desde que não se refiram a núcleo essencial de intimidade e de vida privada da pessoa. *REsp 1325938, 4ª T, 31.8.2022. Inf 749.*

STJ Busca domiciliar. Habitação em prédio abandonado de escola municipal. Extensão interpretativa do conceito de domicílio. Possibilidade. Art. 5º, XI da CF. A habitação em prédio abandonado de escola municipal pode caracterizar o conceito de domicílio em que incide a proteção disposta no art. 5º, XI da CF. *AgRg no HC 712529, 5ª T, 4.11.2022.*

STJ Crimes contra a honra. Autoridade pública. Jornalista. Críticas pesadas, violentas e grosseiras. Liberdade de imprensa. Ausência de “animus injuriandi”. Manifestações por parte da imprensa de natureza crítica, satírica, agressiva, grosseira ou deselegante não autorizam, por si sós, o uso do direito penal para, mesmo que de forma indireta, silenciar a atividade jornalística. *AgRg no HC 691897, 6ª T, 26.5.2022. Inf 738.*

STJ Direito ao esquecimento. Fatos verídicos. Exclusão de matéria jornalística. Impossibilidade. O direito ao esquecimento não justifica a exclusão de matéria jornalística. *REsp 1961581, 3ª T, 13.12.2021. Inf 723.*

STJ Violação de domicílio. Ingresso policial apoiado em atitude suspeita do acusado. Fuga no momento da abordagem. Ausência de justa causa. Aplicação do entendimento firmado no HC 598051. A violação de domicílio com base no comportamento suspeito do acusado, que empreendeu fuga ao ver a viatura policial, não autoriza a dispensa de investigações prévias ou do mandado judicial para a entrada dos agentes públicos na residência. *HC 695980, 6ª T, 25.3.2022. Inf 729.*

STJ Ação coletiva. Associação. Legitimidade ativa “ad causam”. Representação processual. Autorização expressa dos associados e respectiva lista juntada à inicial. Necessidade. Precedente do STF. Feito ajuizado antes do julgamento do RE 573232. Abertura de prazo para regularização processual da parte autora. Possibilidade. Situação excepcional. Em ação coletiva proposta por associação, é imprescindível a autorização expressa dos associados e a juntada da lista de representados à inicial, mostrando-se razoável permitir que a parte autora regularize sua representação processual no caso de ajuizamento de ação coletiva em momento anterior ao julgamento do RE 573232, em 14.5.2014. *REsp 1977830, 1ª T, 25.3.2022. Inf 729.*

QUESTÕES DISCURSIVAS

1. (Vunesp/TRF/3R/Juiz/2022) Discorra sobre “(...) o poder de obstar (...) a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios (...) analógicos ou digitais (privados)” (trecho de ementa da decisão proferida em sessão plenária do STF no julgamento do RE n. 1.010.606/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 11.02.2021). Nesse tema, como se insere o chamado direito ao esquecimento?

2. (Cespe/TRF/1R/Juiz/2009) Disserte sobre o tema dignidade da pessoa humana, desenvolvendo, necessariamente e na sequência proposta, os seguintes tópicos: (i) dignidade da pessoa humana como concepção filosófica e moral; (ii) pessoa humana como sujeito e objeto de direitos (aporia?); (iii) marcos de maior repercussão na

trajetória histórica desse tema; (iv) dignidade da pessoa humana como concepção humanista e sua inserção nos documentos constitucionais do século XX; (v) significado desse princípio no contexto da ordem jurídica; (vi) princípio fundamental da dignidade da pessoa humana segundo a ordem jurídico-constitucional brasileira; (vii) dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais; (viii) dignidade da pessoa humana como garantia negativa; (ix) papel da jurisprudência em face do tema.

3. (TRF/2R/Juiz/2007) A Carta Magna de 1988 tutela, sob que parâmetros, em favor da pessoa, os efeitos retrospectivos das normas jurídicas.

QUESTÕES OBJETIVAS

2. (Vunesp/TRF/3R/Juiz/2022) Suponha, no contexto da Constituição brasileira de 1988, a entrada em vigor de uma Emenda Constitucional que suprima a liberdade de reunião, como medida adotada em um contexto de combate ao terrorismo. É correto afirmar, a esse respeito, que

- essa Emenda terá como fundamento de validade o dever estatal de proteção da vida, e sua constitucionalidade é reafirmada pela escala positivada constitucionalmente de “valores prioritários”.
- em se utilizando a interpretação conforme a Constituição, com base na vedação da simetria, pode-se decretar a nulidade da hipótese de incidência dessa Emenda Constitucional às autoridades dos níveis federativos dos Estados-membros e dos Municípios.
- é flagrantemente inconstitucional, por eliminar um direito fundamental, sendo competente para reconhecer a inconstitucionalidade o Supremo Tribunal Federal, hipótese em que se exige a maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros (“full bench”).
- cada magistrado, nos processos comuns em curso cuja decisão dependa dessa novel Emenda à Constituição, poderá afastá-la, por inconstitucionalidade, nos fundamentos da decisão, inclusive de ofício.

3. (IFBC/TRF/2R/Juiz/2018) Julgue os itens abaixo e marque a alternativa correta:

- A chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais impõe a sua observância mesmo nas relações jurídicas estabelecidas entre particulares. Portanto, afigura-se possível a revisão judicial da exclusão de associado dos quadros de associação privada, quando violado direito individual previsto na Constituição Federal.
 - Não há direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado em concurso público, fora do número de vagas ofertadas no edital.
 - Deputados e Senadores possuem imunidade material mesmo quando exerçam a liberdade de opinião em ambiente privado, desde que as manifestações guardem conexão com o desempenho da função legislativa ou tenham sido proferidas em razão dela.
- Todas as assertivas estão incorretas.
 - Estão corretas as assertivas II e III.
 - Somente a assertiva III está correta.
 - Todas as assertivas estão corretas.
 - Estão corretas as assertivas I e III.

4. (IFBC/TRF/2R/Juiz/2018) Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- A adoção de critérios diferenciados para o licenciamento dos militares temporários, em razão do sexo, não viola o princípio da isonomia.
 - Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais, em razão de conteúdo que viole valores constitucionais.
 - A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- Todas as assertivas estão corretas.
 - Somente está correta a assertiva III.
 - Estão corretas as assertivas II e III.
 - Estão corretas as assertivas I e II.
 - Estão corretas as assertivas I e II.

5. (IFBC/TRF/2R/Juiz/2018) A respeito dos direitos fundamentais e garantias individuais é correto afirmar:

- Dispositivo de lei federal que proíbe, no âmbito da programação das emissoras de radiodifusão comunitária, a transmissão de conteúdo tendente a converter pessoas a uma religião ou ideologia não ofende a liberdade de expressão, não configurando censura prévia.
- Por ser dever do Estado assegurar os meios para o exercício do direito à informação, é impossível o indeferimento administrativo à pretensão de acesso a documento sigiloso reconhecido como indispensável ao resguardo de interesse público legítimo e à preservação da sociedade e do Estado.
- É possível ao Juiz decidir uma causa com base em valores jurídicos abstratos, mesmo sem levar em consideração a consequência prática da decisão, desde que o pedido seja fundamentado no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.
- Devido à livre escolha da profissão ou ofício são inconstitucionais as leis que, a despeito da desnecessidade de proteção a interesse público específico, restrinjam o exercício de atividades como, por exemplo, a de músico.
- Viola o direito fundamental à intimidade o fornecimento, pelas instituições financeiras, de informações bancárias dos contribuintes à administração tributária, sem a intermediação do Poder Judiciário.

6. (TRF/2R/Juiz/2017) Analise as proposições e, ao final, marque a opção correta:

- No exercício da jurisdição, como fundamento para apreciação de pedido, o juiz federal pode declarar a inconstitucionalidade de lei, mas não a inconstitucionalidade de emenda constitucional.
 - No sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, cabe exclusivamente aos Poderes Legislativo e Executivo a realização de controle preventivo de constitucionalidade da lei, reservando-se ao Judiciário função repressiva.
 - Os direitos e garantias fundamentais enunciados na maioria dos incisos do artigo 5º da Constituição são normas que produzem seus efeitos típicos independentemente da atuação do legislador infraconstitucional.
 - O direito ao exercício de profissão (inciso XIII do artigo 5º da Constituição) é clássico exemplo de norma cuja eficácia não pode ser contida, conforme amplamente decidido nos vários litígios que envolvem os Conselhos de fiscalização da profissão.
- Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
 - Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - Está correta apenas a assertiva III.

- d) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- e) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

7. (TRF/2R/Juiz/2017) Marque a opção correta:

- a) O direito fundamental à isonomia não é ferido pelos certames públicos para cargos de carreira policial, de escrivão, de agente de segurança e de carcereiro, entre outros, que exigem altura mínima de 1 metro e 60 cm como condição para o ingresso.
- b) A proteção constitucional à liberdade de consciência e de crença assegura o direito de não ter religião, e impede que o Poder Público embarace o funcionamento de qualquer culto, sendo inconstitucional exigência de que instituições religiosas se submetam a limites sonoros em suas reuniões.
- c) Todos os brasileiros têm assegurado o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse ou interesse geral, salvo nos casos em que decretado o segredo de justiça.
- d) O direito constitucional de petição pode ser condicionado ao pagamento de custas módicas ou no máximo razoáveis, daí ser inconstitucional, como já decidiu o STF, o estabelecimento de taxa judiciária cobrada sobre o valor da causa, sem limitação expressa.
- e) O fato de ser livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação não impede que tal direito seja limitado pelo legislador, permitindo-se, por exemplo, a proteção da reputação das demais pessoas, da segurança nacional, da ordem pública e da saúde.

8. (TRF/4R/Juiz/2016) Assinale a alternativa correta. De acordo com a Constituição Federal:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre direito penal, direito processual penal e direito penitenciário.
- b) A lei considerará a associação para o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins como crime hediondo.
- c) A lei considerará a prática do racismo, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o estado democrático como crimes imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia.
- d) O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- e) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

9. (Cespe/TRF/5R/Juiz/2015) Com relação aos critérios constitucionais de aplicação das leis no tempo, assinale a opção correta à luz da doutrina e da jurisprudência do STF pertinentes a esse tema.

- a) Terá eficácia retroativa média a lei nova que atingir apenas os efeitos dos atos anteriores produzidos após a data em que ela entrar em vigor.
- b) A União pode invocar a proteção do direito adquirido contra lei federal que suprima direitos da própria União.
- c) De acordo com a jurisprudência do STF, uma lei processual que altere o regime recursal terá aplicação imediata, incidindo inclusive sobre os casos em que já haja decisão prolatada pendente de publicação.
- d) A CF não positivou expressamente a regra de que as leis não podem atingir fatos ocorridos no passado, adotando, na verdade, a teoria subjetiva de proteção dos direitos adquiridos em face de leis novas.
- e) O servidor público tem direito adquirido à manutenção dos critérios legais de fixação do valor da remuneração.

10. (Cespe/TRF/5R/Juiz/2015) Com relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta conforme o entendimento do STF.

- a) Viola as garantias do livre exercício do trabalho, ofício ou profissão a exigência, pela fazenda pública, de prestação de fiança para a impressão de notas fiscais de contribuintes em débito com o fisco.
- b) A proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.
- c) O direito a ampla defesa não engloba o acesso aos documentos em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária.
- d) Deve ser resguardado o nome do servidor público na publicação dos dados referentes a sua remuneração, porquanto tal divulgação viola a proteção constitucional à intimidade.
- e) No âmbito processual criminal, a garantia do juízo natural impede a redistribuição de processos na hipótese de criação de varas especializadas em razão da matéria.

11. (TRF/2R/Juiz/2014) Assinale a opção correta:

- a) A tutela da inviolabilidade do domicílio, oriunda da Magna Carta, apenas admite o ingresso na casa de alguém mediante o seu consentimento ou em caso de flagrante delito ou, ainda, a qualquer hora, mediante prévia determinação judicial.
- b) A tutela da inviolabilidade do domicílio é garantia constitucional segundo a qual ninguém pode penetrar em qualquer casa sem consentimento de seu proprietário, salvo para prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial.
- c) A tutela da inviolabilidade do domicílio inclui quartos de hotel em que o indivíduo se hospeda e até mesmo compartimentos privados não abertos ao público onde alguém exerça a sua profissão ou atividade.
- d) A inviolabilidade do domicílio é garantia constitucional segundo a qual ninguém pode penetrar em qualquer casa, empresa individual ou microempresa sem consentimento do proprietário, salvo em caso de flagrante delito, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- e) A inviolabilidade do domicílio é destinada a proteger a moradia, ainda que precária, e também se aplica, nesse diapasão, a quartos de hotel, mas não a locais onde se exerça atividade com intuito lucrativo.

12. (TRF/3R/Juiz/2013) A respeito do princípio da proteção judiciária, também chamado pela doutrina como princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, marque a assertiva que exprime as determinações constitucionais:

- a) fundamenta-se no princípio da separação dos poderes, incluindo as garantias de independência e imparcialidade do juiz, a garantia do juiz natural ou constitucional, o direito de ação e de defesa e o direito a uma duração razoável do processo. Quanto a esse último, cabe ao Congresso Nacional promover alterações na legislação federal objetivando tomar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.
- b) fundamenta-se no princípio da separação dos poderes, incluindo as garantias de independência e imparcialidade do juiz, a garantia do juiz natural ou constitucional, o direito de ação e de defesa e o direito a uma duração razoável do processo. Quanto a esse último, cabe aos tribunais, exclusivamente, a tarefa de adequar sua estrutura, de modo a garantir o cumprimento do designio constitucional.
- c) inclui o monopólio judiciário do controle jurisdicional (“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”), o direito de ação e de defesa (“aos litigantes, em processo judicial e administrativo, e aos acusados em

geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”), o direito ao devido processo legal (“ninguém será privado da liberdade sem o devido processo legal”) e a duração razoável do processo (“a todos são asseguradas, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”).

- d) inclui o monopólio judiciário do controle jurisdicional (“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão a direito”), o direito de ação e de defesa (“aos litigantes, em processo judicial e administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”), o direito ao devido processo legal (“ninguém será privado da liberdade sem o devido processo legal”) e a duração razoável do processo (“a todos são asseguradas, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”).
- e) inclui o monopólio judiciário do controle jurisdicional (“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão a direito”), o direito de ação e de defesa (“aos litigantes, em processo judicial e administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”), o direito ao devido processo legal (“ninguém será privado da liberdade sem o devido processo legal”) e a duração razoável do processo (“a todos são asseguradas, no âmbito judicial, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”).

13. (TRF/3R/Juiz/2013) As cooperativas receberam atenção especial do constituinte originário em diversos assuntos. A esse respeito é incorreta a seguinte afirmação:

- a) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- b) o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.
- c) cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, inclusive sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- d) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, sendo que a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.
- e) o sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

14. (TRF/3R/Juiz/2013) Aponte a alternativa correta:

- a) No concurso formal heterogêneo de crimes, se inexistentes desígnios autônomos, quando determinada a pena de multa, aplicar-se-á a mais grave aumentada de um sexto até a metade.
- b) Para o STF o roubo com ofensa a vítimas diversas, com prejuízo físico e psíquico a mais de uma pessoa, e que afete patrimônios diversos, não será considerada concurso formal, mesmo que praticado por uma única conduta.
- c) Pelo texto constitucional, seria possível a concessão de indulto àquele condenado pela prática de crime hediondo, sendo-lhe inaplicáveis apenas a graça, anistia e fiança.

- d) O crime de invadir dispositivo informático alheio (art. 154-A do Código Penal) se consuma se demonstrada a finalidade de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa do titular, sendo inadmissível a alegação de existência de autorização tácita.
- e) O crime de invadir dispositivo informático alheio (art. 154-A do Código Penal) será condicionado à representação se for cometido contra empresas concessionárias de serviços públicos.

15. (Cespe/TRF/5R/Juiz/2013) Acerca dos direitos e garantias individuais e dos direitos constitucionais dos trabalhadores, assim como dos direitos relativos a família, educação e cultura, assinale a opção correta.

- a) Como somente a lei pode restringir a publicidade dos atos processuais, é proibido aos tribunais vedar, por exemplo, a degravação de sustentação oral para divulgação em livro acadêmico.
- b) Apesar de livre a associação sindical, o aposentado filiado não tem direito de ser votado nas organizações sindicais.
- c) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, majoração essa não devida, na base de cálculo remuneratório, se houver escala de revezamento.
- d) O princípio da gratuidade do ensino público não impede a exigência de taxa instituída, por universidade pública, como condição para a efetivação da matrícula do estudante.
- e) O mandado injuncional é ação constitucional com a específica função de impedir que a mora legislativa frustre o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas outorgados pela CF, não havendo, nesse caso, legitimidade coletiva.

16. (Cespe/TRF/3R/Juiz/2011) Tendo em vista os dispositivos constitucionais que versam sobre o direito ao trabalho, à saúde, à previdência social e à segurança, assinale a opção correta.

- a) A filiação ao RGPS é obrigatória para todos os que estão inseridos no mercado de trabalho, razão pela qual a CF veda por completo a adoção de quaisquer requisitos diferenciados para a concessão de aposentadoria a seus beneficiários.
- b) Conforme a CF, a segurança pública visa à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo órgãos por ela responsáveis a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as polícias civis, as polícias militares, os corpos de bombeiros militares e as guardas municipais.
- c) A garantia ao salário mínimo nacionalmente unificado, sem diferenciação entre trabalhadores urbanos e rurais, de uma ou de outra região, não se aplica aos trabalhadores que, pela natureza da atividade que exercem, recebem remuneração variável.
- d) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, mas as instituições privadas, com exceção das entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, não podem participar do Sistema Único de Saúde.
- e) O seguro-desemprego é direito garantido ao trabalhador que foi demitido sem justa causa, mas não ao que voluntariamente pediu demissão.

17. (TRF/4R/Juiz/2010) Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Em face de sua natureza política, as Comissões Parlamentares de Inquérito podem decretar imotivadamente a quebra de sigilo bancário e telefônico.
- II. Os escritórios e consultórios profissionais estão abrangidos no conceito de “casa” para fins da garantia constitucional da inviolabilidade.

- III. Em razão de sua índole programática, as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais dependem, para que adquiram cogência e eficácia, de normas regulamentadoras.
- IV. A União poderá intervir nos Estados, em caso de recusa à execução de lei federal, somente após provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República nesse sentido.
- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Está correta apenas a assertiva IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- e) Estão corretas todas as assertivas.

2.2. Dos Direitos Sociais

SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 4. Salvo os casos previstos na Constituição Federal, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

STF Súm. Vinculante 6. Não viola a Constituição da República o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para os praças prestadores de serviço militar inicial.

STF Súm. Vinculante 40. A contribuição confederativa de que trata o artigo 89, IV, da Constituição Federal, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.

STF Súm. 675. Os intervalos fixados para descanso e alimentação durante a jornada de seis horas não descaracterizam o sistema de turnos ininterruptos de revezamento para o efeito do art. 7º, XIV, da Constituição.

STF Súm. 677. Até que lei venha a dispor a respeito, incumbe ao Ministério do Trabalho proceder ao registro das entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade.

ENUNCIADOS

Fonadirh Enunc. 40. As políticas públicas que têm por objetivo a implementação de direitos sociais são instrumentos de efetivação dos objetivos da República descritos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988.

Fonadirh Enunc. 45. As políticas públicas que concretizam direitos sociais devem considerar as múltiplas discriminações decorrentes de gênero, raça e outros, consoante tratamento da Convenção Interamericana contra toda forma de discriminação e intolerância.

Fonadirh Enunc. 46. O ente/órgão responsável pela execução do programa social de habitação tem o dever de demonstrar que realizou a efetiva fiscalização da obra e que adotou medidas suficientes para evitar possíveis ilícitos que venham a ocorrer, tais como falhas, vícios, atrasos ou ocupações irregulares.

INFORMATIVOS

STF Medidas para garantir a continuidade de serviços públicos essenciais e direito de greve. São constitucionais o compartilhamento, mediante convênio, com estados, Distrito Federal ou municípios, da execução de atividades e serviços públicos federais essenciais, e a adoção de procedimentos simplificados para a garantia de sua continuidade em situações de greve, paralisação ou operação de retardamento promovidas por servidores públicos federais. Nessa hipótese, não se criam cargos, nem se autoriza contratação temporária. Tampouco delegam-se atribuições de servidores públicos federais a servidores públicos estaduais, ou autoriza-se a investidura em cargo público federal sem a aprovação prévia em concurso público. *ADI 4857, 11.3.2022. Inf 1046.*

STF Congelamento da base de cálculo para desindexação de piso salarial vinculado ao valor do salário mínimo. A fixação do piso salarial em múltiplos do salário mínimo mostra-se compatível com o texto constitucional, desde que não ocorra vinculação a reajustes futuros. *ADPF 53 Ref-MC, Pleno, 18.2.2022. Inf 1044.*

2.3. Da Nacionalidade

QUESTÕES DISCURSIVAS

4. (TRF/2R/Juiz/2014) Karpov, nascido na Rússia em 1992, é filho de pai ucraniano e mãe lituana. Todos eles se mudam para o Brasil em 1998. Em 2010, pai e mãe pedem e obtêm a nacionalidade brasileira, mediante naturalização regular. Todos vivem bem e felizes, no Brasil. Agora, Karpov pretende optar pela nacionalidade brasileira. É viável a opção de nacionalidade, de modo a se lhe conferir a condição de brasileiro nato?

5. (TRF/3R/Juiz/2008) São brasileiros natos, conforme a Constituição, os nascidos no território brasileiro. O que é exatamente o território brasileiro para fins de determinação da nacionalidade “jure soli”?

6. (TRF/2R/Juiz/2007) Mulher brasileira, nascida no Brasil, adquiriu a nacionalidade portuguesa automaticamente por casamento com nacional português no Rio de Janeiro e tem filhos aqui nascidos. Responda justificada e separadamente: (i) Ela pode ter declarada a perda da nacionalidade brasileira em virtude da aquisição da nacionalidade portuguesa? (ii) Ela é passível de expulsão do território nacional por prática de atividades nocivas ao interesse nacional?

7. (Cespe/TRF/5R/Juiz/2006) De acordo com a Constituição Federal, o menor, filho de mãe brasileira, nascido no estrangeiro mas residente no país, fica sujeito à condição de homologação judicial da opção pela nacionalidade brasileira após alcançar a maioridade. Antes dessa homologação, em que situação fica o menor quanto à nacionalidade, consoante o entendimento do Supremo Tribunal Federal?

QUESTÕES OBJETIVAS

18. (TRF/3R/Juiz/2016) Só o brasileiro nato pode ser:

- a) Deputado Federal ou Senador da República.
- b) Ministro de Tribunal Superior.
- c) Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.
- d) Presidente do Banco Central da República.

19. (Cespe/TRF/1R/Juiz/2015) Com referência à defesa do Estado e das instituições democráticas, à segurança pública e aos direitos de nacionalidade, assinale a opção correta.

- a) Os cargos de ministro de Estado da Defesa e o de ministro das Relações Exteriores, entre outros, são privativos de brasileiros natos.
- b) Considera-se brasileiro nato o indivíduo nascido no estrangeiro e registrado em repartição brasileira competente, desde que seja filho de pai brasileiro ou de mãe brasileira, ainda que seus pais não estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional aprovar previamente a decretação do estado de defesa e determinar o seu tempo de duração, bem como as áreas a serem abrangidas e as medidas coercitivas a vigorarem durante sua vigência.
- d) O estado de sítio pode ser decretado em locais restritos e determinados, a fim de preservar a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional.
- e) Ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais civis e militares cabem às polícias civis.

20. (TRF/2R/Juiz/2014) Pablo nasceu no estrangeiro, filho de mãe brasileira e de pai mexicano, e veio a residir no Brasil pouco antes de completar 15 anos. Atingida a maioridade, optou pela nacionalidade brasileira, através de processo que tramitou na Justiça Federal. Pablo tem, agora, 30 anos de idade. Assinale a opção correta:

- a) Ele pode, em tese e imediatamente, ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- b) Sua naturalização pode ser cancelada, também por sentença judicial, se vier a praticar atividade nociva ao interesse nacional.
- c) Em tese, Pablo poderá ser titular, dentro de alguns anos, de qualquer cargo privativo de brasileiro nato.
- d) Pablo não poderá, a qualquer tempo, ser nomeado para o cargo de Ministro de Estado da Defesa.
- e) Pablo não poderá, a qualquer tempo, ser eleito para o cargo de Vice-Presidente da República.

21. (Cespe/TRF/1R/Juiz/2013) Com relação ao instituto da personalidade jurídica internacional, assinale a opção correta.

- a) O STF entende ser relativa a imunidade de jurisdição das organizações internacionais.
- b) Os elementos considerados na identificação do Estado como sujeito de direito internacional não incluem a capacidade para entabular relações internacionais.
- c) O princípio da autodeterminação aplica-se aos casos de secessão de Estado.
- d) Aos grupos nacionais beligerantes que se rebelarem contra o governo constituído com vistas à criação de um novo Estado não será reconhecida a personalidade jurídica internacional.
- e) Conforme entendimento do STF, admite-se a perda da nacionalidade de brasileiro cuja naturalização seja cancelada por sentença judicial condenatória pela prática de atividade nociva ao interesse nacional.

22. (Cespe/TRF/1R/Juiz/2011) Considerando o conceito de nacionalidade e o Estatuto da Igualdade entre portugueses e brasileiros, assinale a opção correta.

- a) A CF considera brasileiros natos, independentemente de formalidades, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil.
- b) Além das condições previstas no texto constitucional, somente lei complementar pode estabelecer novos casos em que se exija a condição de brasileiro nato para a ocupação de cargos, empregos e funções públicas.
- c) A exemplo dos países que se formaram a partir de grande contingente de imigrantes, o Brasil adota predominantemente o critério do jus sanguinis para definição da nacionalidade, admitindo, porém, em situações específicas, a aplicação do jus soli.
- d) A situação do cidadão português que, no Brasil, seja admitido no regime de igualdade plena previsto na Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, é idêntica à do brasileiro naturalizado.
- e) O brasileiro nato e o brasileiro naturalizado que exerçam atividade contrária ao interesse nacional estão sujeitos à perda da nacionalidade, mediante processo judicial, assegurada ao réu ampla defesa.

23. (Cespe/TRF/5R/Juiz/2013) Com base na jurisprudência do STF, assinale a opção correta a respeito de processo eleitoral, condições de elegibilidade, nacionalidade e direitos e garantias referentes às eleições.

- a) É permitido ao legislador estadual fixar condições de elegibilidade e de investidura no cargo de juiz de paz distintas daquelas constitucionalmente previstas.
- b) Havendo renúncia do mandato parlamentar, a vaga deve ser preenchida com base na lista de suplentes do próprio partido político do renunciante.
- c) A aquisição da nacionalidade primária pode ser voluntária ou involuntária.
- d) A exigência de voto impresso no processo de votação não fere o direito constitucional do sigilo das votações.
- e) Quando o eleitor se apresenta para a votação, é legítimo exigir-lhe a apresentação de documento oficial com foto e do título eleitoral, de forma a garantir a segurança do processo de identificação dos eleitores.

24. (Cespe/TRF/3R/Juiz/2011) Acerca da nacionalidade, da iniciativa popular de lei, do plebiscito e da disciplina constitucional sobre os partidos políticos, assinale a opção correta.

- a) A perda de nacionalidade, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, é procedimento administrativo cujo trâmite ocorre no Ministério da Justiça.
- b) A CF regulamenta a iniciativa popular de lei tanto no âmbito federal quanto nos âmbitos estadual e municipal, fixando as regras e os procedimentos relativos à apresentação do projeto de lei.
- c) Nas questões de relevância nacional, compete ao Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, convocar plebiscito; no caso da incorporação, subdivisão ou desmembramento de estados, a competência pertence às assembleias legislativas dos estados envolvidos.
- d) Os partidos políticos com registro no TSE têm direito a acesso gratuito ao rádio e à televisão, mas apenas os partidos com representação no Congresso Nacional podem receber recursos do fundo partidário.
- e) A nacionalidade secundária é adquirida por meio da naturalização, que pode ser requerida tanto pelo apátrida como pelo estrangeiro. Mesmo que eles satisfaçam os requisitos para a obtenção da naturalização, o Poder Executivo dispõe de competência discricionária para concedê-la ou não.

2.4. Dos Direitos Políticos, Dos Partidos Políticos

SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 18. A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.

ENUNCIADOS

Fonadireh Enunc. 39. Os direitos humanos compõem uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, na qual os direitos civis e políticos hão de ser conjugados com os direitos econômicos, sociais e culturais, sem relação de predominância.

INFORMATIVOS

STF Autonomia partidária: duração de mandato, prazo de vigência de órgãos provisórios e anistia de multa. Os partidos políticos podem, no exercício de sua autonomia constitucional, estabelecer a duração dos mandatos de seus dirigentes, desde que compatível com o princípio republicano da alternância do poder concretizado por meio da realização de eleições periódicas em prazo razoável. É inconstitucional a previsão do prazo de até oito anos para a vigência dos órgãos provisórios dos partidos, para evitar distorções ao claro significado de "provisoriamente", notadamente porque, nesse período, podem ser realizadas distintas eleições em todos os níveis federativos. É constitucional a previsão de concessão de anistia às cobranças, devoluções ou transferências ao Tesouro Nacional que tenham como

causa as doações ou contribuições feitas em anos anteriores por servidores públicos que exerçam função ou cargo público de livre nomeação e exoneração, desde que filiados a partido político. *ADI 6230, 5.8.2022. Pleno. Inf 1062.*

STF Restrições à veiculação de propaganda eleitoral em meios de comunicação impressos e na internet. São constitucionais as restrições, previstas na Lei das Eleições, à veiculação de propaganda eleitoral em meios de comunicação impressos e na internet. Considerando-se que o pagamento das propagandas eleitorais no Brasil se dá atualmente com recursos públicos, na ampla maioria dos casos, então a regulamentação da propaganda eleitoral está mais direcionada para a forma do gasto do Fundo Eleitoral do que propriamente para disciplinar a liberdade de expressão. Trata-se de uma opção política do legislador sobre onde e como devam ser gastos recursos públicos. Ademais, as diretrizes relativas à propaganda eleitoral voltam-se à realização de princípios próprios, tais como a paridade de armas entre os candidatos e a preservação das eleições, pondo-os a salvo do abuso do poder econômico, sempre disposto a influir no resultado das urnas. *ADI 6281, Pleno, 17.2.2022. Inf 1044.*

STF Fundo Partidário e Fundo Eleitoral: vedação de repasse de seus recursos. São constitucionais, visto não ofenderem a autonomia partidária, os dispositivos de Resolução editada pelo TSE que vedam o repasse de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) por partidos políticos ou candidatos não pertencentes à mesma coligação e/ou não coligados. No caso, a atividade normativa do TSE não passou da esfera regulamentar. A vedação prevista pelos dispositivos impugnados encontra amparo direto na Constituição Federal e na legislação eleitoral, revelando-se plenamente razoável, pois leva em conta a finalidade dos repasses de recursos do FEFC e do Fundo Partidário, bem como a necessidade de acabar com as assimetrias causadas pela existência de coligações em eleições proporcionais. Com efeito, o montante dos referidos fundos que será repartido entre as agremiações políticas é definido pelo critério da representatividade no Congresso Nacional, não sendo plausível permitir o repasse de seus recursos a candidatos de partidos distintos não pertencentes à mesma coligação, especialmente em razão da natureza pública dessas verbas. *ADI 7214, 30.9.2022. Pleno. Inf 1070.*

STF Criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. É constitucional a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) por meio de norma infraconstitucional, dada a inexistência de obrigação ou proibição sobre o tema na CF. *ADI 5795, 19.8.2022. Pleno. Inf 1065.*

STF Ampliação de gastos com publicidade institucional e princípio da anterioridade eleitoral. A ampliação dos limites para gasto com publicidade institucional às vésperas das eleições pode afetar significativamente as condições da disputa eleitoral, sendo necessário postergar, em obediência ao princípio da anterioridade eleitoral (CF, art. 16), a eficácia de alterações normativas nesse sentido. *ADI 7182, 1.7.2022. Pleno. Inf 1062.*

QUESTÕES OBJETIVAS

25. (Cespe/TRF/1R/Juiz/2013) Com base na legislação que disciplina o processo eleitoral brasileiro e no entendimento jurisprudencial acerca da matéria, assinale a opção correta.

- a) Condenação por crime de corrupção por turma de tribunal de justiça implica inelegibilidade, ainda que pendente de julgamento em outra instância.
- b) As coligações partidárias realizadas nos estados devem guardar coerência com a coligação celebrada no plano nacional, sob pena de nulidade.
- c) MP estadual participa da composição dos tribunais eleitorais, ao contrário do MPF.
- d) O quociente eleitoral e a cláusula de barreira são incompatíveis com os princípios que regem o sistema eleitoral brasileiro.
- e) A prática do ilícito da captação de sufrágio não implica o afastamento do candidato da eleição, em razão do princípio da presunção de inocência.

26. (Cespe/TRF/2R/Juiz/2013) Com relação aos direitos de nacionalidade, aos direitos políticos e aos partidos políticos, assinale a opção correta.

- a) No Brasil, o alistamento eleitoral depende da iniciativa do nacional que preencha os requisitos constitucionais e legais exigidos, não havendo inscrição de ofício por parte da autoridade judicial eleitoral.

- b) Embora se caracterizem como pessoas jurídicas de direito privado, os partidos políticos só adquirem personalidade jurídica após o registro de seus estatutos no tribunal regional eleitoral do estado em que estejam sediados.
- c) Com a Emenda Constitucional n. 54/2007, passaram a ser considerados brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai e mãe brasileiros, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir no Brasil após atingir a maioridade.
- d) Serão considerados brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos, mas, com relação aos originários de países de língua portuguesa, a CF prevê somente que tenham residência permanente no país como condição para adquirir a nacionalidade brasileira.
- e) A idade mínima é requisito de elegibilidade, exigindo-se, no caso de candidatos a prefeito, vice-prefeito, vereador e juiz de paz, a idade de vinte e um anos no momento do registro da candidatura na justiça eleitoral.

27. (Cespe/TRF/2R/Juiz/2013) De acordo com os dispositivos constitucionais e o entendimento do STF atinentes ao exercício de mandato eletivo por detentor de cargo no serviço público, assinale a opção correta.

- a) O servidor público investido no mandato de prefeito deverá ser afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe possível cumular os vencimentos, todavia, sempre observando o teto constitucional, ou seja, o subsídio fixado para os ministros do STF.
- b) Segundo o entendimento do STF, ao servidor público que seja eleito vice-prefeito aplicar-se-á as disposições aplicáveis ao servidor eleito para o cargo de vereador.
- c) Em qualquer caso que exija o afastamento do servidor para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será computado para todos os efeitos legais.
- d) Independentemente de o mandato eletivo ser federal, estadual, municipal ou distrital, o servidor ficará afastado de cargo ou função.
- e) Júlio foi aprovado em concurso de promotor de justiça estadual, tendo sido empossado no cargo em 8.12.1984 e exercido esse cargo durante dez anos, após os quais resolveu se candidatar ao cargo de deputado federal de seu estado, tendo sido eleito com votação expressiva. Após o exercício do mandato eletivo, ele tentou a reeleição, mas não obteve sucesso, razão por que reassumiu suas funções no MP de seu estado. Nas eleições gerais de 2006, Júlio tentou novamente concorrer a uma cadeira na Câmara dos Deputados, mas sua candidatura não foi aceita, tendo em vista vedação ao exercício de atividade político-partidária. Nessa situação, segundo o entendimento dominante no STF, foi correta a não aceitação da candidatura de Júlio.

28. (Cespe/TRF/2R/Juiz/2011) No que se refere aos direitos sociais, aos direitos de nacionalidade e aos direitos políticos, assinale a opção correta.

- a) O presidente da República, os governadores de estado, os prefeitos e quem os suceda ou substitua no curso do mandato podem ser reeleitos para um único período subsequente, mas, para concorrerem a outros cargos, devem renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
- b) Por ser a licença-paternidade direito constitucional fundamental, o prazo de cinco dias previsto para o benefício não pode ser objeto de alteração pela legislação infraconstitucional.
- c) Diferentemente do previsto para os trabalhadores urbanos, prescreve em dois anos o prazo para os trabalhadores rurais

ajuizarem ação para o pagamento de créditos resultantes das relações de trabalho.

- d) Aos portugueses com idoneidade moral que comprovem residência no Brasil durante, pelo menos, um ano ininterrupto devem ser atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato.
- e) O brasileiro nato adquire plena capacidade eleitoral passiva aos trinta anos, idade mínima exigida de candidato a presidente e a vice-presidente da República.

29. (Cespe/TRF/1R/Juiz/2011) Tendo em vista os direitos de nacionalidade, os direitos políticos, o estado de defesa e o estado de sítio, assinale a opção correta.

- a) São requisitos para elegibilidade, entre outros, o alistamento eleitoral e o domicílio eleitoral na circunscrição em que o indivíduo pretenda candidatar-se.
- b) Os estrangeiros de qualquer nacionalidade somente poderão requerer a nacionalidade brasileira se residirem na República Federativa do Brasil há mais de trinta anos ininterruptos e não tiverem condenação penal.
- c) O estado de sítio, medida excepcional, somente pode ser decretado nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
- d) O indivíduo que sofrer condenação penal transitada em julgado terá seus direitos políticos suspensos, mas apenas no caso de crimes dolosos, não no de crimes culposos e contravenções penais.
- e) O presidente da República pode decretar, com a finalidade de preservar a ordem pública ameaçada por grave instabilidade institucional, estado de defesa em locais determinados, dependendo, para isso, de autorização do Congresso Nacional.

30. (Cespe/TRF/5R/Juiz/2009) Com relação aos partidos políticos, ao alistamento, à eleição e aos direitos políticos, assinale a opção correta.

- a) Considere que Petrônio tenha sido eleito e diplomado no cargo de prefeito de certo município no dia 1º.1.2008. Nessa situação hipotética, o mandato eletivo de Petrônio poderá ser impugnado ante a justiça eleitoral, no prazo de 15 dias a contar da diplomação, por meio de ação instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- b) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- c) É vedado aos estrangeiros, ainda que naturalizados brasileiros, o alistamento como eleitores.
- d) Suponha que Pedro, deputado federal pelo estado X, seja filho do atual governador do mesmo estado. Nessa situação hipotética, Pedro é inelegível para concorrer à reeleição para um segundo mandato parlamentar pelo referido estado.
- e) A condenação criminal com trânsito em julgado ensejará a perda dos direitos políticos do condenado.

3. DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

3.1. Da União

SÚMULAS

1) Bens

STF Súm. 477. As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos Estados, autorizam, apenas, o uso, permanecendo o domínio com a União, ainda que se mantenha inerte ou tolerante, em relação aos possuidores.

STF Súm. 479. As margens dos rios navegáveis são domínio público, insuscetíveis de expropriação e, por isso mesmo, excluídas de indenização.

STF Súm. 480. Pertencem ao domínio e administração da União, nos termos dos artigos 4º, IV, e 186, da Constituição Federal de 1967, as terras ocupadas por silvícolas.

STF Súm. 650. Os incisos I e XI do art. 20 da Constituição Federal não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto.

2) Competência Legislativa

STF Súm. Vinculante 2. É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

STF Súm. Vinculante 39. Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

STF Súm. Vinculante 46. A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.

STJ Súm. 19. A fixação do horário bancário, para atendimento ao público, é da competência da União.

REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Rep. Geral 774. A norma estadual que impõe à concessionária de geração de energia elétrica a promoção de investimentos, com recursos identificados como parcela da receita que auferir, voltados à proteção e à preservação de mananciais hídricos é inconstitucional por configurar intervenção indevida do Estado no contrato de concessão da exploração do aproveitamento energético dos cursos de água, atividade de competência da União, conforme art. 21, XII, "b", da Constituição Federal. *RE 827538, 12.5.2020.*

INFORMATIVOS

STF Prestação e divulgação de contas de sindicatos: exigência por lei distrital. É inconstitucional, por violar o art. 22, I, da CF, norma distrital que obriga os sindicatos a divulgarem na internet a prestação de contas das verbas recebidas a título de contribuição confederativa, sindical e de outros recursos recebidos do Distrito Federal. No caso, a lei invade competência legislativa privativa da União, pois guarda pertinência com o direito coletivo do trabalho, assim como – sob um prisma mais abrangente – o direito civil, enquanto entidades associativas. *ADI 5349, 19.8.2022. Pleno. Inf 1064.*

STF Porte de armas de fogo: presunção do risco da atividade e efetiva necessidade mediante lei estadual. É inconstitucional, por violar competência da União para legislar sobre materiais bélicos, norma estadual que reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de arma de fogo ao atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas e ao vigilante de empresa de segurança privada. *ADI 7189, 23.9.2022. Pleno. Inf 1069.*

STF Serviço de telecomunicação e proibição de oferta e comercialização de serviço de valor adicionado. É inconstitucional, por violar os arts. 21, XI, 22, IV, e 48, XII da CF, norma estadual que proíbe concessionárias de serviços de telecomunicação de ofertarem e comercializarem serviço de valor adicionado (SVA). Embora o SVA não constitua propriamente serviço de telecomunicação, a proibição de sua oferta e comercialização acaba por interferir indiretamente na prestação dos serviços de telecomunicação, porque restringe o plano de negócio das empresas do setor, com possíveis prejuízos para o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. *ADI 6199, 15.8.2022. Pleno. Inf 1063.*

STF Lei estadual e depósitos judiciais e extrajudiciais de terceiros. É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre valores correspondentes a depósitos judiciais e extrajudiciais de terceiros, ou seja, em que o ente federado não é parte interessada. Sob o prisma formal, ao determinar que os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, à disposição do poder judiciário estadual ou da Secretaria da Fazenda, serão efetuados em Conta Central de Depósitos Procedimentais, o legislador estadual usurpou a competência da União para legislar sobre: (i) o Sistema Financeiro Nacional (CF, art. 21, VIII); (ii) a política de crédito e transferência de valores (arts. 22, VII, e 192); (iii) direito civil e processual (art. 22, I); e (iv) normas gerais de direito financeiro (art. 24, I), atuando, neste último caso, além dos limites de sua competência suplementar, pois previu hipóteses e finalidades não estabelecidas em normas gerais editadas pela União. Quanto ao aspecto material, a disciplina que possibilita o uso e administração, pelo Poder Executivo, de numerário de terceiros, cujo depositário é o Judiciário, viola a separação dos Poderes, dada a clara desarmonia ao sistema de pesos e contrapesos. No caso, o tratamento legal impugnado ainda afronta o direito de propriedade dos jurisdicionados – pois configura expropriação de recursos a eles pertencentes –; caracteriza empréstimo compulsório não previsto no art. 148 da CF;

bem como cria endividamento fora das hipóteses de dívida pública permitidas pela Constituição. ADI 6660, 20.6.2022. Pleno. Inf 1060.

STF Lei estadual: planos de saúde e limitação de tratamento para pessoas com deficiência. É inconstitucional, por ofensa à competência privativa da União para legislar sobre direito civil e política de seguros, lei estadual que veda, no âmbito de seu território, operadoras de planos de saúde de limitarem consultas e sessões para o tratamento de pessoas com deficiência. A competência legislativa concorrente em matéria de defesa do consumidor não autoriza os estados-membros a editarem normas sobre o tema, nem mesmo em caráter suplementar. ADI 7172, 17.10.2022, Pleno. Inf 1072.

STF Covid-19: multa por descumprimento de cláusula de fidelidade contratual nos serviços de telecomunicações. É inconstitucional, por ofensa à competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações, lei estadual que veda a aplicação de multa por quebra de fidelidade nos serviços de TV por assinatura, telefonia, internet e serviços assemelhados, enquanto perdurar a pandemia da Covid-19. ADI 7211, 30.9.2022. Pleno. Inf 1070.

STF Covid-19 e instituições de ensino: inadimplência, recusa de matrícula e competência legislativa. É inconstitucional, por violação à competência privativa da União para legislar sobre direito civil (CF, art. 22, I), norma estadual que impede as instituições particulares de ensino superior de recusarem a matrícula de estudantes inadimplentes e de cobrar juros, multas, correção monetária ou quaisquer outros encargos durante o período de calamidade pública causado pela pandemia da Covid-19. ADI 7179, 5.8.2022. Pleno. Inf 1062.

STF Construção de instalações nucleares e de energia elétrica: imposição de exigências por norma estadual. É inconstitucional norma de Constituição estadual que impõe condições locais para a construção de instalações nucleares e de energia elétrica. Ao dispor sobre os assuntos, incorrem em indevida invasão da competência privativa da União para explorar tais serviços e legislar a seu respeito. ADI 7076, 24.6.2022. Pleno. Inf 1060.

STF Competência da União para explorar e legislar sobre atividades nucleares. É inconstitucional norma de Constituição estadual que dispõe sobre serviços de atividades nucleares de qualquer natureza. ADI 6858, 1.7.2022. Pleno. Inf 1061.

STF Atividade profissional de despachantes: competência legislativa para regulamentação. É privativa da União a competência para legislar sobre condições para o exercício da profissão de despachante (CF, art. 22, XVI), de modo que a disciplina legal dos temas relacionados à sua regulamentação também deve ser estabelecida pela União. ADI 6738/GO, 21.11.2022. Pleno. Inf 1076.

STF Promoção e benefícios a novos clientes e extensão aos preexistentes. É inconstitucional lei estadual que impõe aos prestadores privados de serviços de ensino e de telefonia celular a obrigação de estender o benefício de novas promoções aos clientes preexistentes. A norma promove ingerência em relações contratuais já estabelecidas sem que exista conduta lesiva ou abusiva por parte do prestador. A alteração de forma geral e abstrata do conteúdo de negócios jurídicos caracteriza norma de direito civil, cuja competência legislativa é privativa da União. ADI 5399, 9.6.2022. Pleno. Inf 1058.

STF Custas e emolumentos judiciais: majoração e criação de sanções processuais por ente estadual. É inconstitucional norma estadual que institui sanções processuais diversas da legislação federal para litigantes que abusem do seu direito à prestação jurisdicional e um procedimento mais restritivo para requerer o benefício da gratuidade de justiça. Compete à União legislar sobre direito processual (CF, art. 22, I) e já existe, no CPC, expressão legislativa exaustiva sobre a matéria. Custas e os emolumentos classificam-se como tributo da espécie taxa, e não podem ter como fato gerador principal um ato ilícito. ADI 7063, 3.6.2022. Pleno. Inf 1057.

STF Obrigações impostas aos planos de saúde e competência legislativa privativa da União. É formalmente inconstitucional lei estadual que estabelece obrigações referentes a serviço de assistência médico-hospitalar que interferem nas relações contratuais estabelecidas entre as operadoras de planos de saúde e seus usuários. Esses temas são relativos a direito civil e concernem à política de seguros, matérias conferidas constitucionalmente à competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, I e VII, da CF. ADI 7029, 6.5.2022. Pleno. Inf 1053.

STF Pessoas desaparecidas e divulgação de fotos em noticiários de TV e em jornais. É inconstitucional lei estadual que fixe a obrigatoriedade de divulgação diária de fotos de crianças desaparecidas em noticiários de TV e em jornais de estado-membro. Na hipótese, a lei estadual invade a competência legislativa da União para dispor privativamente sobre radiodifusão de sons e imagens (CF, art. 22, IV). Além disso, cria obrigação à margem dos contratos de concessão dessas pessoas jurídicas com a União (poder concedente), em contrariedade ao art. 21, XII, da CF. Também em inconstitucionalidade material: primeiro, porque estabelece indevida

interferência na liberdade de agentes econômicos privados; segundo, porque ofende a liberdade de informação jornalística dos veículos de comunicação social (CF, art. 220). ADI 5292, 25.3.2022. Pleno. Inf 1048.

STF Normas estaduais sobre inclusão e exclusão de consumidores em cadastros de proteção ao crédito. A adoção de sistema de comunicação prévia a consumidor inadimplente por carta registrada com aviso de recebimento configura desrespeito à CF. A norma impugnada transgrediu o modelo geral (CDC, art. 43, § 2º). Além disso, afeta ostensivamente relações comerciais e consumeristas que transcendem os limites territoriais do ente federado, bem como transfere todo o ônus financeiro da inadimplência da pessoa do devedor para a sociedade em geral. // É inconstitucional a previsão, por lei estadual, de “prazo de tolerância” a impedir que o nome do consumidor inadimplente seja imediatamente inscrito em cadastro ou banco de dados. O tempo do pagamento e os efeitos da mora são matérias de direito civil e comercial, reservadas à União (CF, art. 22, I). // A supressão da verificação prévia quanto à existência do crédito, exigibilidade do título e inadimplência do devedor não caracteriza violação do princípio da vedação ao retrocesso. ADI 5224, 8.3.2022. Inf 1046.

STF Lei estadual e vedação à inscrição em cadastro de proteção ao crédito. É inconstitucional lei estadual que vede a inscrição em cadastro de proteção ao crédito de usuário inadimplente dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Não compete aos estados legislar sobre normas gerais de proteção ao consumidor ou concessão de serviço público. As normas gerais sobre consumo, editadas pela União, não preveem qualquer restrição quanto aos tipos de débitos que possam ser inscritos nos bancos de dados e cadastros de consumidores. ADI 6668, Pleno, 11.2.2022. Inf 1043.

STF Concessão de porte de arma de fogo a procuradores estaduais por lei estadual. A concessão de porte de arma a procuradores estaduais, por lei estadual, é incompatível com a Constituição Federal. A CF atribuiu à União a competência material para autorizar e fiscalizar o armamento produzido e comercializado no País. Também outorgou ao legislador federal a competência legislativa correspondente para ditar normas sobre material bélico. ADI 6985, Pleno, 25.2.2022. Inf 1045.

QUESTÕES OBJETIVAS

31. (TRF/4R/Juiz/2022) Assinale a alternativa correta.

- É constitucional legislação federal que estabeleça novas eleições para os cargos majoritários simples, isto é, prefeitos de municípios com menos de duzentos mil eleitores e senadores da República, em casos de vacância por causas eleitorais.
- É possível a criação de territórios, mediante autorização do Supremo Tribunal Federal.
- Ao Distrito Federal são atribuídas as competências reservadas aos Estados e aos Municípios, inclusive a competência legislativa sobre o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal.
- Não será admitida iniciativa popular no processo legislativo estadual.
- A União é pessoa jurídica de direito público internacional.

32. (Cespe/TRF/5R/Juiz/2017) Estado-membro editou lei instituindo requisito novo de habilitação, não previsto na lei federal de licitações e contratos administrativos, o qual passou a ser exigido aos interessados em participar nas licitações estaduais. Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do STF acerca do tema, a referida lei deverá ser julgada

- constitucional, porque a matéria é de competência concorrente da União e dos estados.
- constitucional, pois compete aos estados suplementar a legislação federal por meio de normas específicas, de acordo com as suas particularidades.
- inconstitucional, já que é exclusiva da União a competência para legislar sobre licitação.
- inconstitucional, pois é privativa da União a competência para legislar sobre normas gerais de licitação.
- constitucional, já que estados podem legislar sobre assuntos de interesse local.